

# As pequenas cidades e as áreas de comparabilidade <sup>1</sup>

Angela Maria Endlich<sup>2</sup>

## Introdução

O ponto de partida para este texto é o estudo sobre pequenas cidades, porém o questionamento sobre elas corresponde a pensar também o limiar da cidade de forma genérica. Portanto, as reflexões aqui apresentadas estão parcialmente relacionadas à retomada de uma questão já clássica para a Geografia abrangendo os elementos que podem levar a definição da existência de uma cidade.

Ao se trabalhar com a conceituação de pequenas cidades, entretanto, além de tentar distinguir dentre as aglomerações humanas aquelas que podem ser consideradas como cidades das quase-cidades<sup>3</sup>, de imediato, estabelecem-se comparações com as demais categorias de assentamentos urbanos. Portanto, trata-se de pensar comparativamente em relação às diversas localidades da rede urbana.

A conceituação e classificação das diferentes aglomerações no âmbito da rede urbana consiste em uma tarefa comparativa, tanto quando se trata da questão do tamanho demográfico/territorial (pequenas, médias, grandes) assim como quando se volta aos seus papéis e respectivos alcances espaciais (cidades locais, regionais, nacionais, globais) (SANTOS, 1979b).

O que é certo e tem sido constantemente assinalado por quem já escreveu sobre o tema é que se deve sempre considerar o caráter variável do fenômeno no tempo e no espaço. Isso deve acontecer especialmente em relação ao tamanho demográfico, pois dimensões que podem caracterizar uma pequena cidade em determinado espaço ou período podem ser consideradas como de cidade média, por exemplo, em outro contexto. Por isso, não é adequado adotar uma tipologia rígida, sendo aconselhável além da flexibilização na classificação, o estabelecimento de áreas comparáveis, ou onde é possível tomar por referência critérios comuns (DESMARAI, 1984, p. 357).

Os objetivos desse texto estão relacionados a pensar essas áreas de comparabilidade. Inicia-se com o registro de algumas reflexões teóricas. Posteriormente, tomando como referência concreta a Região Noroeste do Paraná, estabelece-se uma análise baseada em alguns dados relacionados aos processos que têm sido ressaltados como relevantes para o entendimento da densidade e dinâmica dos pequenos centros urbanos: estrutura fundiária, densidade demográfica e de estabelecimentos terciários (comerciais e de prestação de serviços).

---

<sup>1</sup> Eixo: 5-Dinâmica urbana (Redes urbanas, cidades médias e pequenas).

<sup>2</sup> DGE – Universidade Estadual de Maringá, Paraná, Brasil.

<sup>3</sup> Defende-se que as localidades que não alcançam os patamares ou condições mínimas não podem ser consideradas como uma negativa da cidade (não-cidade), mas sim uma aglomeração que conta com muitas características bastante próximas dos limiares estabelecidos para tanto.

## A questão das áreas comparáveis

Embora exista consenso de que é preciso considerar as diferenças no tempo e no espaço e, conforme Desmarais (1984), estabelecer áreas comparáveis, parece, contudo, haver uma lacuna sobre o que se deve tomar como parâmetro para delimitar, ainda que de forma aproximada tais áreas. Portanto, é nesse sentido que procuramos tentar avançar um pouco. A pergunta que permeia o desenvolvimento do trabalho nesta parte é a seguinte: Que processos ou variáveis são importantes considerar para o entendimento dos assentamentos urbanos?

Em relação ao referencial empírico pergunta-se: será que a região Noroeste pode ainda ser considerada uma área de comparabilidade para a compreensão dos papéis e significados de suas localidades urbanas? Pressupõe-se, portanto, que esta região reuniu no período de sua ocupação capitalista efetiva características que resultaram numa área comparável, conforme detalhado em item seguinte. Será que os processos de transformação vivenciados na região alteraram suas características de forma que tal área não pode ser compreendida em relação aos objetivos aqui propostos como uma unidade? Neste caso, trata-se de olhar para um mesmo espaço, mas em momentos diferentes. De acordo com Corrêa (2000, p.122), o tempo encarrega-se de transformar elementos significativos ainda que nessa transformação permaneça a inércia das formas. No caso da região Noroeste o denso conjunto de pequenas localidades permanece, ainda que os papéis e significados das mesmas não sejam mais os mesmos.

Para procurar responder a este questionamento primeiramente considera-se a constatação de diferentes autores como Deffontaines (2004), Santos (1979b), Geiger (1963) e Corrêa (1999) ao inferirem que a existência de pequenas cidades está relacionada com maior densidade demográfica, decorrente de estrutura fundiária menos concentradora e intensidade de uso da força de trabalho. Em geral a dinâmica das pequenas cidades refletem a evolução demográfica do entorno e estão relacionadas à economia de mercado, com uma mínima divisão territorial do trabalho.

Corrêa (2000) reitera e aprofunda essa idéia ao estudar a rede urbana a partir da perspectiva da formação socioespacial brasileira. Considerando a grande heterogeneidade interna o autor assinala três formações espaciais distintas, mas integradas entre si e toma para tanto como elemento fundamental a estrutura fundiária.

Assim, ainda que existam pequenas cidades dispersas por todo o território, a presença das mesmas é maior em áreas com os predicados mencionados quanto a estrutura fundiária mais dividida, uso intenso do trabalho e, conseqüentemente maior densidade demográfica. A região Noroeste do Paraná contava com tais atributos entre as décadas de 1930 a 1970. É certo, contudo, que tais características vem se alterando bastante, o que torna pertinente a problematização nos termos aqui colocados.

Nesse sentido foram escolhidos alguns indicadores para prosseguir a análise. Foram enfocados os dados relativos à estrutura fundiária, densidade demográfica e total de estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços em cada município.

Não se pode esquecer que a concentração fundiária, o uso intensivo de trabalho juntamente com a geração de renda são elementos significativos para a formação de mercado e para o papel das localidades centrais que imperava na maioria das pequenas cidades.

## Região Noroeste, coerência escalar e comparabilidade

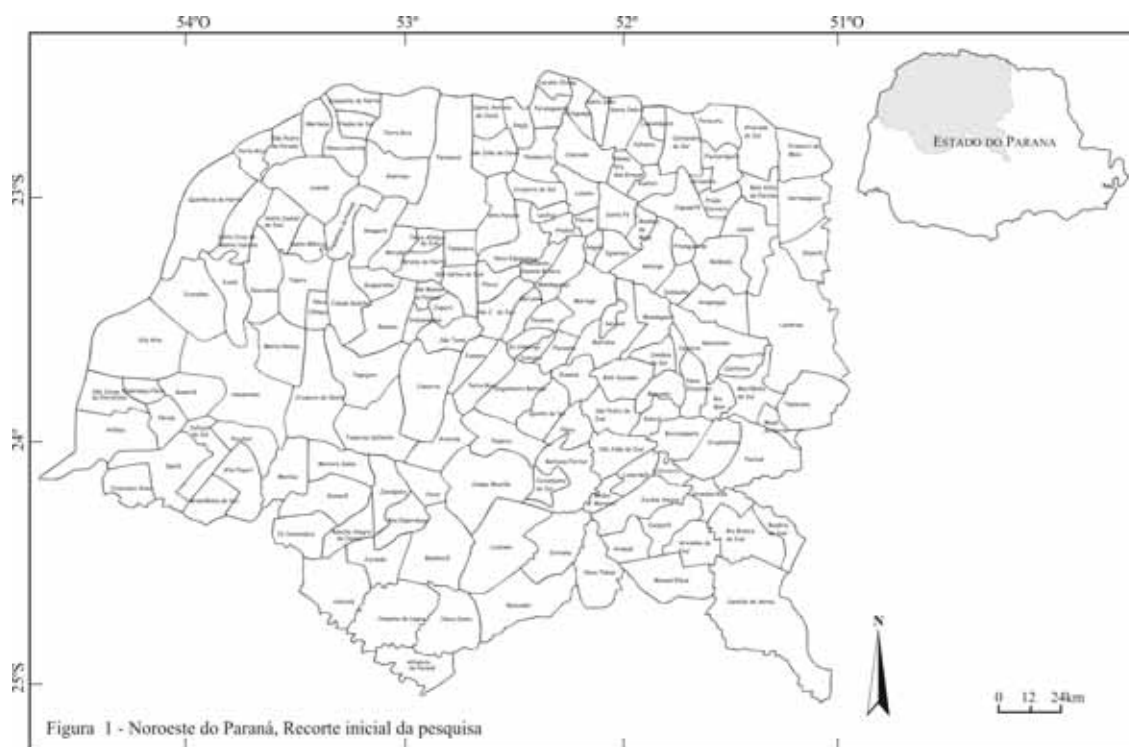
A área designada neste trabalho como Noroeste do Paraná, tomando por referência a divisão regional do IBGE, engloba três mesorregiões, subdividida em treze microrregiões (Quadro 1). Ao todo são 165 municípios representados na Figura 1.

Quadro 1 – Noroeste do Paraná, Meso e Microrregiões

| Mesorregiões                | Microrregiões  |
|-----------------------------|--|
| Noroeste                    | Paranavaí, Umuarama e Cianorte   |
| Centro Ocidental Paranaense | Goioerê e Campo Mourão   |
| Norte Central Paranaense    | Astorga, Porecatu, Floraí, Maringá,<br>Apucarana, Londrina, Faxinal e Ivaiporã |

Fonte: IBGE

Trata-se, portanto, de uma área extensa e bastante dividida atualmente do ponto de vista político-administrativo. Tal recorte foi estabelecido com base em mesorregiões do IBGE, que reunissem municípios com uma história de formação semelhante. Entretanto, são inevitáveis as particularidades históricas e geográficas no âmbito municipal, ainda que se mantenham características gerais no contexto regional.



Pode se afirmar que o Noroeste do Paraná consiste em uma área que à despeito das diferenças de natureza ambiental, teve um passado mais ou menos homogeneizador

caracterizado pelo cultivo do café<sup>4</sup>, loteamento de terras rurais e urbanos promovido por colonizadoras privadas e o predomínio de pequenos estabelecimentos rurais. Podem ser sinalizados como pontos que caracterizam e oferecem a região uma relativa uniformidade os seguintes: a formação de um complexo cafeeiro capitalista; incentivo à produção cafeeira numa conjuntura recessiva (focalizada principalmente em pequenas e médias propriedades); atuação planejada de empresas colonizadoras e a formação de uma densa rede urbana com muitas pequenas localidades.

No complexo cafeeiro capitalista, a ampliação da atividade nuclear do complexo (produção de café) induzia o crescimento de uma série de atividades tipicamente urbanas (industrial, bancária, comercial, etc), além da expansão do aparelho estatal. No compasso do desenvolvimento destas atividades, outras tantas eram reforçadas, como os transportes, comunicações, fornecimento de energia elétrica e construção civil. Então, o complexo cafeeiro envolvia bem mais do que a produção do café, pois implicava em uma série de atividades comerciais, industriais e financeiras, que compunham um dinâmico arranjo econômico e espacial.

Para a região Noroeste do Paraná, é importante destacar que a produção de café ocorria no âmbito de um complexo que se desdobrava em uma série de outras atividades econômicas. Não se tratava apenas do cultivo de um produto agrícola, uma atividade do campo, mas de uma economia que apresentava significativa divisão de trabalho e atividades que se realizavam nos espaços urbanos. Tal dinâmica que se estendia de forma geral pela região constitui-se em elemento explicativo da urbanização da região. As pequenas cidades eram espaços dinâmicos onde se desenrolavam atividades articuladas com a economia cafeeira. O adensamento populacional e o consumo decorrente das relações assalariadas de trabalho, em um período de vias de transportes precários garantiam o dinamismo comercial dos pequenos núcleos urbanos.

## **Transformações regionais**

A formação socioespacial no contexto do complexo cafeeiro capitalista ocorreu com elementos que trouxeram alguma coerência regional tal como se assinalou anteriormente. Contudo, uma série de transformações alterou rapidamente as características originais adquiridas pela região, fato que já foi objeto de outros estudos.

Em resumo, o Paraná deixou de ser o principal produtor de café devido à dificuldades no mercado mundial aliadas à posterior possibilidade de mecanização do cultivo no Centro Oeste brasileiro<sup>5</sup>. Então, mais do que crise da cafeicultura, foi uma crise do arranjo produtivo tal como ele se encontrava no Noroeste do Paraná, baseado em pequenas propriedades, destoando da tendência geral da economia brasileira e incapaz de suportar a oscilação característica do mercado mundial.

Em geral, explica-se o processo de mudança pela modernização na agricultura, o que é verdadeiro para boa parte da região. Entretanto, não serve para entender toda ela, pois

---

<sup>4</sup> O café era o produto predominante na região, mas outros também foram importantes como hortelã e algodão.

<sup>5</sup> Naquela área além da redução da utilização de mão-de-obra, consegue-se melhor qualidade do café em virtude da colheita uniforme no momento mais adequado, caracterizando-se pela produção modernizada, o que representa um novo arranjo produtivo para a cafeicultura brasileira.

o processo não foi o mesmo para todo o Noroeste. As áreas de solos argilosos passaram por este processo, porém os solos resultantes do arenito Caiuá, de forma geral, tiveram como opção imediata a pecuária extensiva. Observando esta área, na porção mais a noroeste da região, não há como explicar que o café foi retirado por causa da modernização da agricultura. Nessa área, a modernização da agricultura acontece lentamente, com tentativas relacionadas a vários produtos e cultivos (sericultura, avicultura, fruticultura, etc.), moldando pequenas ‘ilhas’ em meio à pecuária extensiva. Extensões significativas são utilizadas pelo cultivo da cana-de-açúcar destinada ao processamento industrial de usinas e destilarias. Este é o principal cultivo agrícola de vários municípios, mas não superam as áreas destinadas à pecuária.

Efetuada estas ponderações ressalta-se como elemento comum de transformação em todo o recorte regional apresentado, como se confirmará a seguir, a concentração fundiária. Tal processo está relacionado em boa parte da região a uma produção no campo exigente de capital e tecnologia e ao êxodo rural. Questiona-se, então, se com as transformações ocorridas e com as dinâmicas atuais mantêm-se a coerência escalar de âmbito regional anteriormente assinalada.

Considerando, então, as referências teóricas e empíricas foram selecionadas algumas variáveis para tentar avançar quanto ao questionamento anteriormente apontado.

#### *Concentração fundiária e o índice de Gini*

O índice de Gini consiste numa forma de representar a concentração de renda ou fundiária<sup>6</sup>. Na Tabela a seguir estão os indicadores de concentração de terras por Mesorregiões, no Estado do Paraná. Como se pode observar as mesorregiões que compõem a área de estudo estão com índices de concentração superiores a 0,7 e no caso da mesorregião Noroeste com um dos mais altos indicadores (7,81), superior a média do Paraná.

Tabela 1 – Mesorregiões do Estado do Paraná, Índice de concentração de terras (Gini),1995

| Mesorregião               | Índice de Gini |
|---------------------------|----------------|
| Sudoeste                  | 0,582          |
| Oeste                     | 0,676          |
| Sudoeste                  | 0,686          |
| Norte Central             | 0,731          |
| Centro Ocidental          | 0,733          |
| Norte Pioneiro            | 0,743          |
| Metropolitana de Curitiba | 0,771          |
| Noroeste                  | 0,781          |
| Centro Oriental           | 0,796          |
| Centro Sul                | 0,796          |
| Paraná                    | 0,752          |

Extraído de: Ipardes, 2005

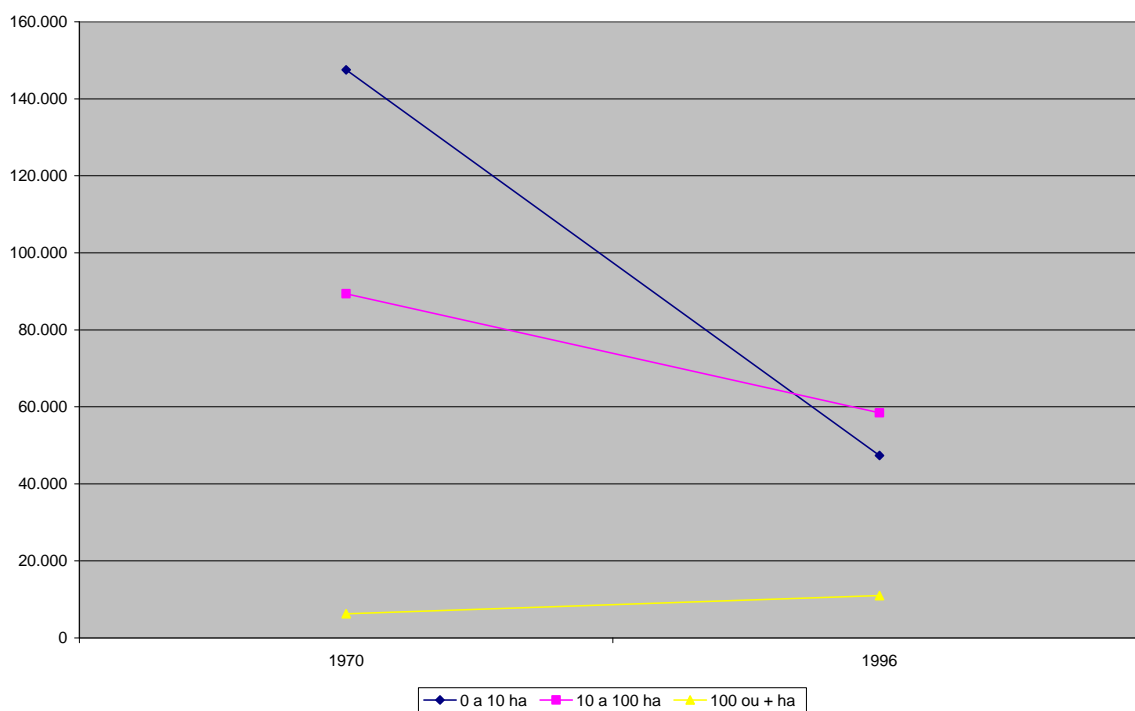
<sup>6</sup> O índice de Gini consiste numa medida de desigualdade desenvolvida pelo estatístico italiano Corrado Gini, e publicada no documento "*Variabilità e mutabilità*" em 1912. Em geral utilizado para demonstrar a desigualdade de distribuição de renda, é também utilizado para mostrar também a concentração fundiária.

Desses dados pode-se inferir:

a) Se no passado era característico dessa área do Estado uma estrutura fundiária melhor dividida, os atuais indicadores mostram que a concentração agora é grande;

b) A área da mesorregião Noroeste do Paraná encontra-se mais gravemente afetada. Os indicadores apresentados são considerados fortes para as três primeiras mesorregiões apresentadas na Tabela e muito fortes para as outras sete (IPARDES, 2005). As três mesorregiões que compõem a área de estudo aqui apresentada estão entre estas últimas.

Entre 1970 e 1996 houve uma redução de mais de 100 mil estabelecimentos agropecuários de 0 a 10 hectares, além de outros 30 mil estabelecimentos pertencentes ao grupo de 10 a 100 hectares. Por outro lado, quase dobrou o número de estabelecimentos de mais de 100 hectares (Figura 2). Ainda que numericamente pouco expressivos quando expostos junto com os demais grupos de áreas, este último conjunto de estabelecimentos abarca imensas áreas.



Fonte: IBGE, Censos agropecuários.

Figura 2 – Noroeste do Paraná, Número total de estabelecimentos agropecuários por grupos de área, 1970-1996

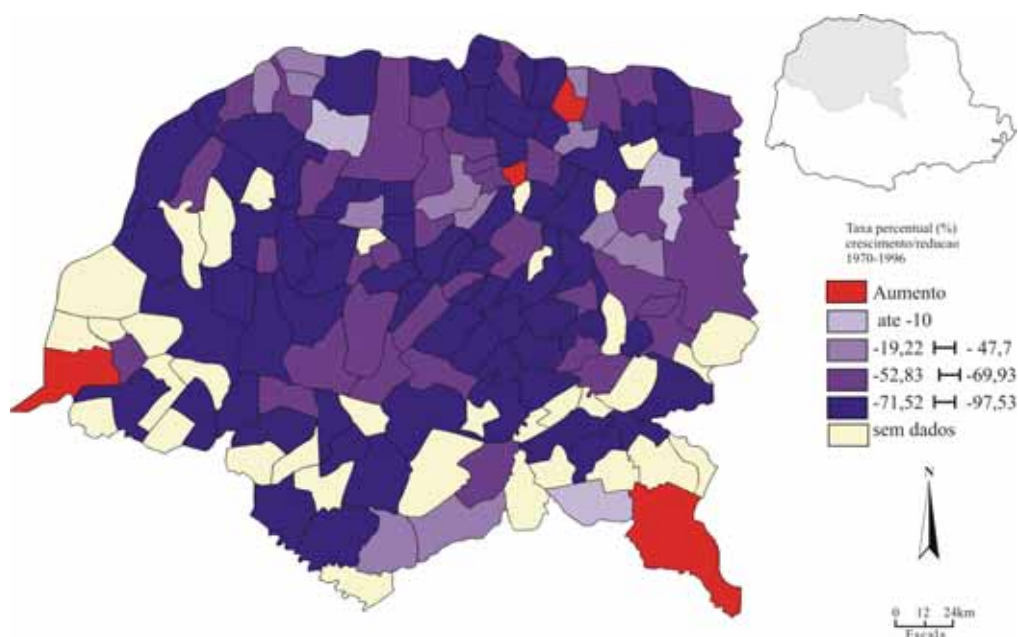
Esta modificação na estrutura fundiária é parte de um conjunto mais amplo de transformações conforme já assinalado. Indica o predomínio de uma agricultura empresarial, com utilização maior de insumos industrializados e restrito uso de trabalho intensivo. Tais modificações reduziram muito a densidade demográfica das áreas polarizadas pelas pequenas localidades.

Foi expressiva a redução no número de estabelecimentos agropecuários. Em mais de 70 municípios a redução oscilou entre 71,52% e 97,53% nos estabelecimentos menores, ou seja, aqueles com área de até 10 hectares, destes 13 com diminuição de mais de 90% no

número destes estabelecimentos. O município que apresentou o limite máximo percentual de redução foi Guaporema – 97,53% no número de estabelecimentos de 0 a 10 hectares. Eram 526 em 1970 e 13 em 1996. Os únicos municípios de toda região a apresentarem crescimento no número de estabelecimentos deste grupo foram: Cândido de Abreu, Altônia, Cafeara e Flórida (Figura 3).

A redução no número de estabelecimentos agropecuários também foi grande no grupo de 10 a 100 hectares (Figura 2) na maioria dos municípios. A situação se inverte no grupo entre 100 ou mais hectares, no qual se verifica em alguns municípios altíssimos índices de crescimento, como por exemplo: Japurá (850% - Eram dois estabelecimentos deste grupo em 1970 e 19 em 1996); Pérola (440% - Eram dez em 1970 e 54 em 1996) e Altônia (408,33% - 12 estabelecimentos em 1970 e 61 em 1996).

Estes números mostram que não foram poucas as modificações atinentes a estrutura fundiária nesta região, anteriormente referênciada como uma das áreas brasileiras com ocupação baseada em pequenas propriedades. Apesar desta inegável mudança na característica inicial da região parece não haver muita diferença na espacialização destes dados no recorte territorial. A transformação afetou de forma parecida municípios dos vários pontos do Noroeste do Paraná.



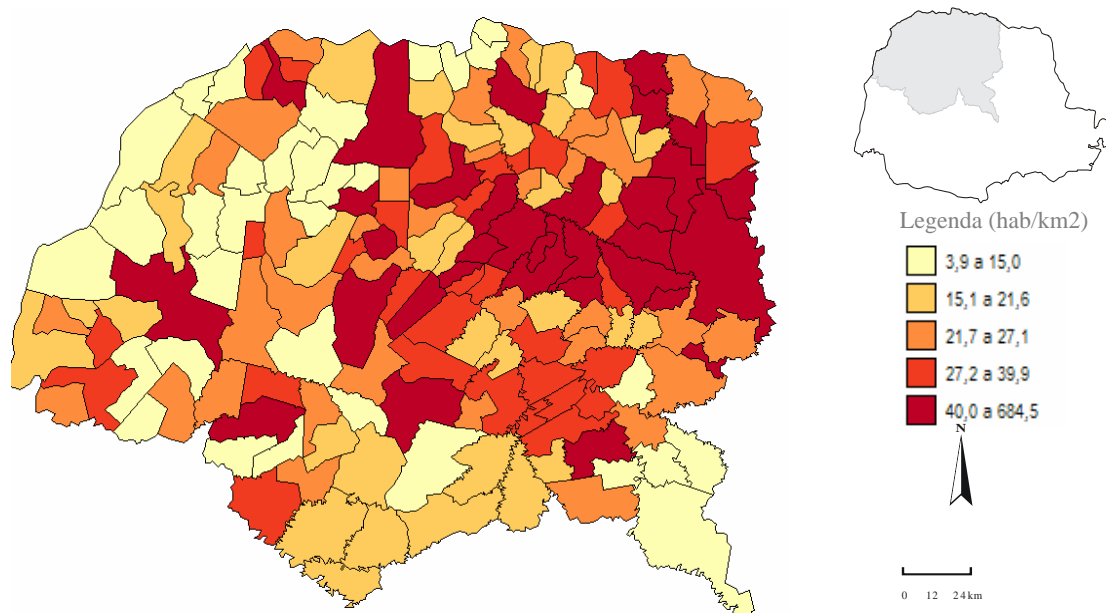
Fonte: IBGE, Censos agropecuários

Figura 3 – Noroeste do Paraná, Percentual de redução dos estabelecimentos agropecuários de 0 a 10 hectares por município, 1970-1996

Ao lado dessa modificação, alterou-se de forma geral a dinâmica regional e como parte deste processo os papéis das pequenas cidades no âmbito da rede urbana.

## Densidade demográfica

Do ponto de vista da densidade demográfica observa-se já uma clara diferenciação, principalmente na mesorregião do Norte Central Paranaense, onde se encontra o maior número de municípios com os índices mais altos de habitantes por quilômetro quadrado.



Fonte: IparDES.

Figura 4 – Noroeste do Paraná, Densidade demográfica, 2000

Estes municípios formam uma espécie de eixo desde Londrina até Maringá, se prolongando até Paranaíba e também em direção a Cianorte. Os municípios com menor densidade aparecem mais no sentido noroeste e sul da região. Há uma clara concentração demográfica, resultante do processo de transformação vivenciado na região. Em estudo anterior observou-se que após essas mudanças muitos municípios passaram por um processo de declínio demográfico. A tendência espacial da perda de população é a mesma indicada na figura anterior mostrando a formação de um eixo de maior urbanização e concentração demográfica.

Considerando-se, portanto, as duas variáveis verifica-se que apesar das mudanças no campo resultarem em um processo de concentração fundiária que pode ser considerado mais ou menos uniforme em toda a região, verifica-se uma modificação no assentamento da população na região. Em muitos municípios o êxodo rural correspondeu também a um êxodo municipal, já que a população em âmbito regional tendeu a se concentrar em localidades demograficamente maiores bem como no eixo entre Maringá, Londrina ou outros centros regionais. De forma geral, as pequenas localidades a oeste da região foram as mais afetadas com os processos de mudança, ainda que tal fato se mostre de forma bastante tênue.

Ao se reduzirem os postos de trabalho no campo e os estabelecimentos rurais, a população concentrou-se em centros urbanos maiores. Pode-se dizer que praticamente todas as sedes municipais cresceram, mas a concentração ocorreu de forma mais efetiva em



municípios com mais de 50 mil habitantes, cujas sedes urbanas já se encontravam mais consolidadas. Em processo mais recente formou-se o referido eixo de desenvolvimento. Enquanto isso, centros urbanos tornaram-se incipientes, ou seja, não se consolidaram e tiveram sua centralidade reduzida. Para pensar a questão da complexidade mínima é preciso considerar, então, as mudanças nos papéis das pequenas localidades.

### **A questão da complexidade mínima**

Apresentam-se nos próximos parágrafos algumas contribuições teóricas que nos ajudam a pensar a questão da complexidade mínima necessária para que se possa reconhecer a existência de uma cidade. Como assinalado antes, trata-se de buscar estes referenciais em relação aos papéis tradicionais das cidades, ou seja, seu funcionamento como localidades centrais. Em trabalho posterior será preciso repensar a adequação desta forma de raciocínio tendo em vista a citada perda de centralidade que ocorre de forma geral com as pequenas cidades ao passo que elas se tornam localidades com papéis não-centrais como o de moradia. Contudo, as contribuições até agora encontradas são fundamentais como ponto de partida.

Tendo por referência Sorre, Santos (1979b) afirma que existe uma cidade quando há ‘coalescência’ de funções numa aglomeração, isto é, quando há uma divisão do trabalho que garanta o mínimo de complexidade econômica e social.

De acordo com Santos (op.cit.), a cidade local corresponde a dimensão mínima a partir da qual as aglomerações deixam de servir aos imperativos da atividade primária para servir às necessidades inadiáveis da população. Elas devem responder às demandas mínimas da população (SANTOS, 1979a, p. 70-71). Se esta complexidade mínima não está presente, de acordo com Santos, as localidades são ‘pseudocidades’, ou ‘cidades de subsistência’. São localidades que dependem inteiramente de um só tipo de atividade produtiva. Em geral, de atividades primárias, mas também atividades secundárias, ou terciárias, como as cidades religiosas, universitárias, balneárias, serranas, etc. Ele considera também ‘pseudocidades’ localidades que ficam em zonas de influência industrial, que em geral são cidades-dormitório. Enfim, são pequenas aglomerações que não possuem essa complexidade mínima advinda da divisão social do trabalho. Em suma, não há interdependência funcional entre atividades.

Entretanto, como constatar esta dimensão e complexidade mínima? A busca por essa resposta resultou nos seguintes registros, nos quais podem estar possíveis contribuições.

Pode-se sinalizar que esta dimensão mínima pode ser apreendida por um critério demográfico, como o proposto por Desmarais (1984, p. 359), em que uma cidade deve atender às demandas básicas de pelo menos o dobro da população residente na sua área intra-urbana. Ela deixaria de ser considerada pequena, se esta relação fosse de quatro ou cinco vezes superior à tal população. Por isso, uma cidade definida como pequena pelos seus dados demográficos pode não ser funcionalmente pequena, ou apenas local. A definição desta área de influência depende da densidade demográfica de núcleos urbanos na região de comparação e do desenvolvimento terciário, como a composição comercial e a *animação* da cidade. Desta maneira, a área de influência de uma localidade é a medida de sua importância. Portanto, a centralidade define-se não apenas pela extensão desta área de influência como pela densidade demográfica existente no entorno das localidades.

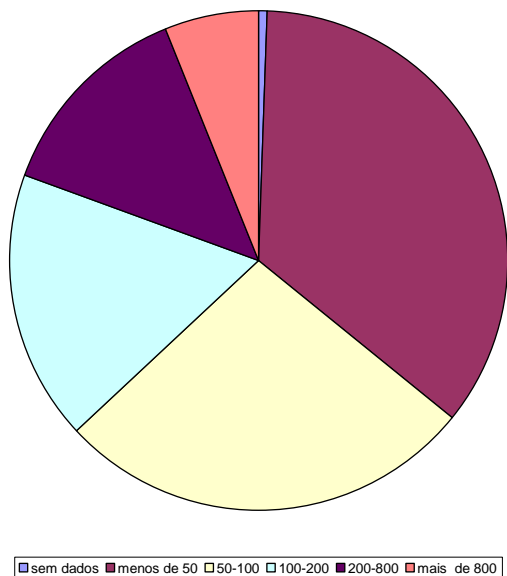
Assim, pode se considerar como fatores relevantes para atingir o referido limiar de complexidade: a densidade populacional associada a um nível mínimo de renda, que deve garantir um patamar mínimo de consumo e manutenção das atividades econômicas, como a presença de estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços.

Uma outra forma de avaliar o nível de centralidade ou a existência de uma complexidade mínima consiste em verificar o número de estabelecimentos terciários (comerciais e de prestação de serviços) existentes em cada localidade. Esta contribuição pode ser verificada em proposta de Cote (1986), ao estudar a realidade argeliana bem como na obra clássica de Berry (1971).

Cote (1986) sinaliza que seriam pequenas cidades localidades com número de estabelecimentos comerciais entre cem e oitocentos, além de perfazer um total de vinte a quarenta tipos de equipamentos. Além da dimensão e complexidade mínima, este critério pode ser útil na definição do limite superior no agrupamento das pequenas cidades numa tipologia urbana, nesse caso como parâmetros distintivos entre este tipo de cidade e as de porte médio. De acordo com o mesmo referencial, podem ser assim consideradas aquelas que possuem mais de oitocentos estabelecimentos.

Ao aplicar este procedimento metodológico para a região observou-se que 103 sedes municipais não alcançam o limite de cem estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços. Na realidade, 58 delas não atingem nem a metade desse número (Figura 5). Em algumas sedes municipais o número total de estabelecimentos não chega a uma dezena.

Pode-se dizer que, de acordo com este critério, significativa parte das sedes municipais, oficialmente cidades no Brasil, não alcançam a mencionada complexidade mínima sinalizada teoricamente. Ainda que não se considere estes dados como definitivos para negar a existência real de um amplo conjunto de cidades pode-se apreender que são núcleos incipientes como localidades centrais.



Fonte: Rais, 2007

Figura 5 – Noroeste do Paraná, Municípios de acordo com os dados de estabelecimentos comerciais e de serviços, 2007.

A redução da centralidade da maioria das pequenas cidades está relacionada as mudanças anteriormente mencionadas, mas também às facilidades atuais de locomoção para os centros regionais onde tendem a se instalar as superfícies comerciais maiores (supermercados e *shoppings*). Esta é uma tendência não apenas dessa região, pois o processo parece ser universal envolvendo outras áreas do Brasil e do mundo, ampliando o espaço cotidiano de relações.

Quanto ao limite de oitocentos estabelecimentos (comerciais e de serviços) como limiar entre as pequenas e médias cidades parece ser bem adequado para a região. Os centros regionais com cerca de cinquenta mil habitantes alcançam o número de estabelecimentos indicado e são detentoras de dinamismo similar a cidades de porte médio<sup>7</sup>.

Embora não seja uma regra, parece que os municípios com menos de cinco mil habitantes não alcançam a soma total de cinquenta estabelecimentos terciários. Portanto, somando alguns critérios talvez seja possível assinalar este como um patamar demográfico mínimo para que se considere a existência de uma cidade efetivamente, e não apenas uma sede urbana oficialmente considerada como cidade, sem a complexidade mínima teoricamente sinalizada.

### **Considerações finais**

Ao finalizar esta análise é preciso considerar que diversos pontos precisam ser retomados. Estas considerações têm por base dois pontos inter-relacionados de reflexão que se procurou manter durante todo o texto: a questão do que é necessário para se reconhecer uma área de comparabilidade em relação ao fenômeno urbano e aplicar os dados considerados relevantes ao Noroeste do Paraná.

Sobre a primeira, reitera-se o consenso da necessidade de que se considere o contexto histórico e espacial para o entendimento do conjunto de assentamentos urbanos bem como seus atributos e significados. Para isso, foi realizado o exercício aqui exposto de se considerar a relevância da estrutura fundiária, da densidade demográfica e, por fim para caracterizar o grau de complexidade das localidades foram analisados os totais de estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços de cada sede municipal.

Considera-se, como já assinalado, principalmente quanto a esta primeira questão que este foi apenas um exercício. Talvez outros critérios possam ser considerados ainda que não exista dúvida nenhuma quanto à relevância daqueles analisados.

Em relação à segunda questão, havia a suspeita de uma diferenciação maior no âmbito regional tendo em vista as suas áreas bastante distintas do ponto de vista ambiental (área de basalto e do arenito Caiuá). Entretanto, apesar das conhecidas diferenças geradas principalmente após o final da economia cafeeira na região, os dados analisados não demonstraram diferenças suficientes para não se considerar o Noroeste como uma área comparável do ponto de vista do fenômeno urbano. Ao contrário, com exceção do destaque a formação do mencionado eixo, o restante da região parece ter dinâmicas que prosseguem comparáveis, apesar das intensas mudanças ocorridas.

---

<sup>7</sup> Foi elaborado um cartograma com o total de estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços por município, mas foi retirado devido ao limite máximo do arquivo para o trabalho completo. Ele poderá ser exibido na ocasião da apresentação oral do trabalho no evento.

## REFERÊNCIAS

- BERRY, B. *Geografía de los centros de mercado y distribución al por menor*. Barcelona, Espanha: Vicens-Vives, 1971, 185 p.
- CORRÊA, R. L. Globalização e reestruturação da rede urbana – uma nota sobre as pequenas cidades. *Território*, Rio de Janeiro v.4, n.6, p.43-53, jan-jun.1999.
- \_\_\_\_\_. Rede urbana e formação espacial – uma reflexão considerando o Brasil. In: *Território*, Rio de Janeiro, v.5, n. 8, p.121-129, Junho/2000.
- COTE, M. La petite ville et sa place dans le développement algerien. In : CENTRE D'ETUDES ET DE RECHERCHES URBAMA, *Petites Villes et Villes Moyennes dans le Monde Árabe*, Tours, 1986. 2t.(Urbanisation du Monde Árabe, n. 17), p.699-716.
- DEFFONTAINES, P. Como se constituiu no Brasil a rede das cidades. *Cidades*, Presidente Prudente, v.1, n.1, p.119-146, jan-jun.2004.
- DESMARAIS, R. Considération sur les notions de petite ville et de ville moyenne. *Cahiers de Géographie du Québec*, Saint-Foy (Quebec) v. 28, n.75, p. 355-364, dez.1984.
- GEIGER, P.P. *Evolução da rede urbana brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1963, 462 p.
- IPARDES. *Os vários Paranas: estudos socioeconomicos institucionais como subsidio aos planos de desenvolvimento regional*. IparDES, Curitiba, 2005, 307 p.
- SANTOS, M. *Espaço e sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1979b, 152 p.
- \_\_\_\_\_. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países desenvolvidos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979a, 345p. (Coleção Ciências Sociais).
- SANTOS, W. dos. *Cidades locais, contexto regional e urbanização no período técnico-científico: o exemplo da região de Campinas-SP*. 1989. 192f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.